

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Movimentos sociais e conflitos em cidades médias: escalas, território e ação coletiva no interior paulista

Thalles Vichiato Breda

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17671>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-08-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS EM CIDADES MÉDIAS: ESCALAS, TERRITÓRIO E AÇÃO COLETIVA NO INTERIOR PAULISTA

THALLES VICHATO BREDÁ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5584-3003>

thallesvbreda@gmail.com

Centre d'étude des mouvements sociaux/École des hautes études en sciences sociales
(CEMS/EHESS), Paris, França

RESUMO: A década de 2010 reconfigurou profundamente o campo dos movimentos sociais no Brasil, ampliando repertórios, agendas e redes de ação coletiva institucionais e extrainstitucionais. Partindo da premissa de que compreender os movimentos sociais é compreender o próprio funcionamento da democracia, este artigo investiga as dinâmicas de ação coletiva em cidades médias brasileiras, historicamente pouco exploradas por uma produção acadêmica concentrada nas metrópoles. O trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pós-doutorado “Descentrando os movimentos e conflitos sociais no Brasil” (CEMS/EHESS-Paris e Departamento de Sociologia da UFSCar), a partir do mapeamento de movimentos sociais em São Carlos (SP), cidade média marcada pela presença de indústrias de ponta e do agronegócio. Foram selecionados três estudos de caso — a Unegro, o FORMAS (Fórum Municipal Ambiente e Sociedade) e a campanha “São Carlos sem Veneno” —, com base em entrevistas com lideranças, pesquisa de campo e análise de materiais produzidos pelos movimentos e da cobertura midiática. Os resultados indicam que o campo dos movimentos sociais em contextos descentralizados é diverso e pujante, diferenciado por conjunturas territoriais e escalas de atuação distintas: da articulação multiescalar da pauta antirracista ao desmantelamento de um movimento ambiental incipiente sob pressão do agronegócio tecnológico. Os casos evidenciam continuidades e rupturas nos ciclos de mobilização e reforçam a necessidade de ampliar o repertório analítico dos estudos de movimentos sociais para além das metrópoles, incorporando as variáveis territorial e escalar.

Palavras-chave: cidades médias, movimentos sociais, conflitos socioambientais, ação coletiva, interior paulista

SOCIAL MOVEMENTS AND CONFLICTS IN MEDIUM-SIZED CITIES: SCALES, TERRITORY, AND COLLECTIVE ACTION IN INLAND SÃO PAULO

ABSTRACT: The 2010s profoundly reshaped the field of social movements in Brazil, broadening the repertoires, agendas, and networks of institutional and extra-institutional collective action. Starting from the premise that understanding social movements means understanding the very functioning of democracy, this article investigates the dynamics of collective action in medium-sized Brazilian cities, a subject historically overlooked by scholarship concentrated on metropolitan areas. The paper presents preliminary results from the postdoctoral project “Decentering social movements and social conflicts in Brazil” (CEMS/EHESS-Paris and the Sociology Department at UFSCar), based on a mapping of social movements in São Carlos (São Paulo state), a medium-sized city marked by the presence of high-technology industries and agribusiness. Three case studies were selected — Unegro, FORMAS (Municipal Environment and Society Forum), and the “São Carlos sem Veneno” campaign —, drawing on interviews with movement leaders, field research, and analysis of materials produced by the movements and media coverage. The results indicate that the field of social movements in decentered contexts is diverse and vigorous, differentiated by distinct territorial conjunctures and scales of action: from the multiscale articulation of the anti-racist agenda to the dismantling of an incipient environmental movement under pressure from technological agribusiness. The cases reveal continuities and ruptures in mobilization cycles and reinforce the need to broaden the analytical repertoire of social movement studies beyond metropolitan areas, incorporating territorial and scalar variables.

Keywords: medium-sized cities, social movements, socio-environmental conflict, collective action, são paulo countryside

INTRODUÇÃO

A década de 2010 reconfigurou profundamente o campo dos movimentos sociais no Brasil, impactando o pacto social estabelecido pela Constituição de 1988 e os próprios limites da democracia brasileira. Coletivos, fóruns e campanhas passaram a combinar estratégias institucionais e extrainstitucionais, ampliando repertórios, agendas e redes de atuação (Breda, 2023). Partindo da premissa de que compreender os movimentos sociais significa compreender o próprio funcionamento da democracia (Paoli, 2003), este trabalho investiga como se configuram as dinâmicas contemporâneas de ação coletiva em cidades médias brasileiras. Embora esses

municípios tenham assumido crescente relevância econômica e demográfica, a produção acadêmica permanece fortemente concentrada nas metrópoles (Gohn, 2010). Propomos descentralizar o olhar analítico (Perez; Brito, 2024), atento às especificidades territoriais, às escalas e à conflitualidade local em torno do capital, do trabalho, da reprodução social e da exploração de recursos naturais nestes locais.

Como objeto empírico, foram mapeados movimentos sociais no interior paulista, com foco em São Carlos— capital da tecnologia brasileira, marcada pela presença de indústrias de ponta e do agronegócio. Foram selecionados três estudos de caso, buscando evidenciar diferentes repertórios de ação coletiva, escalas de atuação e formas de relação com o Estado e o mercado. A saber: a UNEGRO, movimento nacional que se instala localmente junto ao Clube Negro local, fortalecendo a luta antirracista; o FORMAS (Fórum Municipal Ambiente e Sociedade), surgido em reação ao fechamento de espaços institucionais; e a campanha "São Carlos sem Veneno", nascida da articulação da esquerda em conflito com o capital agrário e tecnológico. Foram realizadas entrevistas com lideranças, pesquisa de campo e análise de materiais produzidos pelos movimentos e da cobertura midiática.

Os resultados preliminares confirmam que o campo dos movimentos sociais em contextos descentralizados é diverso e pujante, diferenciado pelas conjunturas territoriais e pelas escalas de atuação. A UNEGRO revela o avanço da pauta antirracista em cidades médias via articulação multiescalar — dinâmica análoga à chegada do MTST ao município em 2017 (cf. BREDÁ, 2023). O FORMAS demonstra a capacidade de coletivos locais se articularem em fórum diante do fechamento de espaços participativos, especialmente na revisão do Plano Diretor. O terceiro caso evidencia o desmantelamento de um movimento incipiente pela pressão de uma das maiores indústrias de drones agrícolas do mundo, expondo assimetrias de poder entre ação coletiva e capital. Os casos revelam continuidades e rupturas nos ciclos de mobilização e apontam a necessidade de ampliar o repertório analítico dos estudos de movimentos sociais para além das metrópoles, incorporando a variável territorial e escalar.

Os resultados aqui apresentados se referem ao projeto de pós-doutorado intitulado "Decentering social movements and social conflicts in Brazil", ainda em andamento realizado em parceria entre o Departamento de Sociologia da UFSCar e o Centre d'étude des mouvements sociaux/École des hautes études en sciences sociales (Paris/França), com apoio do Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia da UFSCar, financiado pela CAPES.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira situa teoricamente o argumento do descentramento do olhar sobre os movimentos sociais, discutindo a produção acadêmica sobre cidades médias e sua crescente centralidade econômica e demográfica. A segunda apresenta o caso de São Carlos, caracterizando seu perfil socioeconômico e demográfico. A terceira mobiliza o mapeamento de movimentos sociais realizado pelo Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia da UFSCar para discutir três estudos de caso — a Unegro, o FORMAS e o conflito em torno da campanha “São Carlos sem Veneno” —, evidenciando diferentes repertórios de ação coletiva, escalas de atuação e formas de relação com o Estado e o mercado.

1. DESCENTRANDO O OLHAR: CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM CIDADES MÉDIAS

A produção acadêmica sobre movimentos sociais no Brasil permanece fortemente concentrada nas metrópoles (Gohn, 2010). Souza, Perez e Alves (2024) propuseram colocar em relevo atores coletivos periféricos ou marginais situados além destes espaços, levando em conta as (re)configurações marcadas pelas Jornadas de Junho de 2013 — consideradas um dos principais marcos do campo dos movimentos sociais brasileiros no século XXI. A partir de 2013, diferentes atores políticos, temas, agendas e um conjunto de novas identidades políticas passaram a ganhar visibilidade e impacto político, institucional e não institucional (Breda, 2023; Alonso, 2023; Tatagiba; Galvão, 2019).

As Jornadas marcaram o retorno do protesto de rua como espaço privilegiado do embate político. A década de 2010 não trouxe apenas essa nova composição de atores e estratégias, mas também inaugurou uma nova fase para o campo de estudos sobre movimentos sociais — retomada impulsionada tanto pelo aumento da visibilidade dos protestos quanto pela emergência de novos repertórios de ação coletiva (Souza; Perez; Alves, 2024).

Essa proposta de deslocamento analítico visa alargar a compreensão dos ativismos — especialmente os de rua — para além dos grandes centros urbanos, cartografando casos em territórios geográficos pouco explorados pela literatura nacional sobre movimentos sociais. As autoras e o autor argumentam que, apesar dos avanços teóricos e metodológicos do campo, as análises predominantes ainda centralizam os acontecimentos nas capitais do Sudeste, buscando assim romper com as tradicionais arenas de visibilidade midiática e acadêmica (Souza; Perez; Alves, 2024).

Souza, Perez e Alves (2024) entendem os movimentos sociais como estratégias de ação coletiva que desafiam estruturas de poder e expressam demandas públicas por meio de campanhas sustentadas, repertórios diversos e demonstrações de valor, unidade, número e comprometimento. Essas formas articulam a contestação de grupos marginalizados em contextos nos quais as instituições formais não atendem adequadamente às suas necessidades, produzindo novas linguagens e práticas políticas. Cabe perguntar, então, como esses repertórios se adaptam às especificidades locais — o que reforça a relevância de culturas e identidades comunitárias na construção das mobilizações. Como se configura esse movimento das margens com potencial para reconfigurar o centro? Como operam as dinâmicas regionais no campo dos movimentos e conflitos sociais? Admitir que o que ocorre no centro simplesmente transborda, de modo passivo, para as margens é inconcebível.

Nesse sentido, a questão regional entra como mais um componente analítico. A relação entre território e ativismo deve ser considerada a partir de diferentes escalas de atuação — do local ao global —, buscando compreender as estratégias próprias a cada uma delas. Diferentes territórios implicam, assim, diferentes clivagens políticas e diferentes abordagens, compondo um mosaico de experiências (Souza; Perez; Alves, 2024; Perez e Brito, 2024).

Tavares, Roriz e Oliveira (2016) já apontavam para a necessidade de superar o que os autores chamaram de análises "sudestecêntricas" — tendência de centralizar e privilegiar o Sudeste do país, especialmente as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro, em detrimento de outras regiões ou mesmo do interior dos próprios estados, o que exclui a riqueza e a produção de conhecimento desses espaços. Essa prática ignora as fortes desigualdades sociais dentro da própria região e dos próprios estados — os bolsões de pobreza e a manutenção do poder nos territórios historicamente ligados a grupos políticos e econômicos dominantes —, generalizando, a partir desses poucos centros, dados que se pretendem válidos para todo o território nacional. Perez e Brito (2024) propõem, por fim, olhar para os territórios não a partir de oposições ou hierarquias entre si, mas por meio de uma análise mais detalhada de suas relações mútuas.

Nesse sentido, este artigo propõe deslocar o olhar para as cidades médias, buscando compreender como esses espaços têm se tornado, cada vez mais, centralidades de poder — consolidando-se como polos industriais, de prestação de serviços e de produção de estoque habitacional. Esse protagonismo atrai e diversifica atores sociais que produzem, reinventam e disputam formas de acesso a recursos públicos, privados e naturais, remodelando o próprio campo dos conflitos e dos movimentos sociais. A cidade analisada neste artigo é São Carlos, com cerca de 260 mil habitantes, na região centro-leste do estado de São Paulo. Ainda que a análise empírica se

localize na região Sudeste, no interior do estado de São Paulo, região de alta concentração de poder, as regiões interioranas destes espaços não são amplamente exploradas, como argumentado por Tavares, Roriz e Oliveira (2016) anteriormente.

1.1 Por que olhar para as cidades médias?

As cidades médias têm adquirido crescente relevância, tanto para a pesquisa científica quanto para as políticas de desenvolvimento territorial, constituindo-se como uma "nova" frente do capitalismo contemporâneo. De modo geral, constituem elos entre os espaços urbano e regional (Steinberger; Bruna, 2001), capitalizam vantagens de sua "situação geográfica" (Silveira, 1999) e desenvolvem centralidades regionais articuladas (Sposito, 2001; Corrêa, 2006).

Estudos desde a década de 1970 já mostravam que as cidades médias cresciam em ritmo mais acelerado que as metrópoles (Andrade; Serra, 2001); entre 2002 e 2005, as cidades com mais de 500 mil habitantes vinham perdendo participação no PIB nacional, enquanto as médias ampliavam a sua, com dinamismo puxado sobretudo pela indústria e, depois, pelos serviços (Motta; Da Mata, 2008). Dados recentes confirmam essa tendência: entre 2000 e 2022, os municípios não metropolitanos tiveram crescimento médio superior ao das capitais — 1,6% ao ano nas cidades médias, contra 0,8% nas capitais —, com destaque para o interior do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (Pochmann, 2026).

O mesmo movimento aparece no mercado de trabalho: em 1985, dois terços dos empregos industriais estavam concentrados em capitais e regiões metropolitanas; quatro décadas depois, quase 55% já se localizam fora desses centros, associados à agroindústria, à logística e aos serviços que acompanham a nova renda regional (Pochmann, 2026). Padrão semelhante aparece na produção habitacional, com o Programa Minha Casa Minha Vida consolidando-se como modelo de produção do espaço urbano (Breda, 2018; 2021), concentrado sobretudo nos estratos de capitais regionais do IBGE, com destaque para a habitação social de mercado em detrimento da de interesse social (Lacerda, 2023; Shimbo, 2016).

Estudo recente do IPEA, com base no Censo de 2022 e na REGIC 2018, identificou 230 cidades médias no país, considerando sua centralidade, o ritmo de urbanização e o grau de complementaridade com outros centros urbanos (IBGE, 2020; Motta et al., 2024). Em termos populacionais, o corte variou por região geoeconômica: entre 100 mil e 700 mil habitantes no Centro-Sul, e entre 75 mil e 700 mil na Amazônia e no Nordeste — adotando-se a tipologia de

município isolado e arranjo populacional, excluídas as áreas metropolitanas. As cidades médias concentram-se majoritariamente no Centro-Sul (126), em estratos elevados da hierarquia urbana, ante 62 no Nordeste e 42 na Amazônia, sobretudo em estratos inferiores (Motta et al., 2024).

Entre 2010 e 2018, cidades médias e pequenas foram as que mais ampliaram sua participação no PIB nacional, evidenciando a transferência de produção das metrópoles para o interior. Das 70 cidades de maior centralidade e competitividade regional destacadas pelo estudo, São Carlos figura como Capital Regional C, com desempenho notável em inovação, gestão empresarial e centralidade em saúde e educação (Motta et al., 2024). Esse crescimento acelerado, contudo, traz desafios como déficit de saneamento, expansão de assentamentos precários, planejamento urbano precarizado, déficit de conexões aéreas e rodoviárias e dificuldades de regularização fundiária.

Pochmann (2026) interpreta essa "marcha silenciosa" para o interior como resultado de um duplo movimento: a desindustrialização das metrópoles litorâneas desde a abertura comercial dos anos 1990 e a especialização produtiva do interior vinculada à expansão de commodities e infraestruturas exportadoras — consolidando novas fronteiras econômicas do Mato Grosso ao Pará, organizadas em torno de cadeias primário-exportadoras voltadas ao mercado externo, com pouca mobilização integrativa interna.

Essas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo impõem novos desafios à governança do território, ao planejamento e às políticas públicas, e implicam também a (re)organização do campo dos conflitos sociais a partir de disputas relacionadas à terra, à moradia, ao trabalho, ao capital e aos recursos naturais. As cidades médias tornam-se, assim, mais que centros de produção e distribuição — lócus de transformação social e de serviços de maior complexidade (Staback; Ferreira de Lima, 2023) — e espaços fundamentais para compreender o próprio campo do conflito social e da democracia. A seguir, apresentamos as especificidades de São Carlos.

2. SÃO CARLOS

A cidade escolhida para este artigo é São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo, a cerca de 230 quilômetros da capital paulista. Atualmente, conta com uma população estimada em 266 mil habitantes, ocupando a 32ª posição entre os municípios mais populosos do estado e a 113ª do país (IBGE, 2025; IBGE, 2022).

Segundo Zaparolli e Conceição (2022), São Carlos é hoje um expoente no estado e no país tanto em desenvolvimento científico e tecnológico quanto no aspecto produtivo, industrial e empresarial — trajetória que remonta à década de 1920, com a instalação de indústrias têxteis e alimentícias de porte médio. Nas décadas de 1930 e 1940, a indústria se consolida como principal atividade econômica local, reforçada nas décadas seguintes pela chegada de fábricas de geladeiras, compressores e tratores, além de um grande número de pequenas e médias empresas fornecedoras. Na segunda metade do século XX, esse processo ganha novo impulso educacional e tecnológico, reconhecido institucionalmente em 1995, quando o então governador Mário Covas conferiu à cidade o selo de Capital da Tecnologia, e consolidado em 2011, quando a Lei nº 12.504/2011, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, decretou São Carlos Capital Nacional da Tecnologia.

Essa trajetória se reflete nos indicadores econômicos. No início do século XXI, o município já figurava entre os 100 maiores do Brasil em PIB (86ª posição, 0,17% do PIB nacional em 2002), com destaque para o setor industrial (cerca de R\$ 1 bilhão), seguido por serviços (R\$ 915 milhões, 40%) e agropecuária (R\$ 295 milhões, 13%) (IBGE, 2005). Entre 2006 e 2021, porém, essa estrutura se inverteu: a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) caiu de 41,2% para 31,9%, enquanto a de serviços subiu de 45,1% para 56,9% — R\$ 6,86 bilhões ante R\$ 3,84 bilhões da indústria —, evidenciando um processo de terciarização da economia local, sem que isso tenha significado retração industrial em termos absolutos (Sebrae, 2026). Em 2023, o PIB municipal alcançou R\$ 18,39 bi, o maior da Região Central Paulista, à frente de Rio Claro (R\$ 15,43 bi) e Araraquara (R\$ 14,69 bi); entre 2022 e 2023, São Carlos esteve entre os 30 municípios que mais ganharam participação no PIB nacional (IBGE, 2025).

Já a agropecuária, embora represente uma parcela reduzida do VAB municipal, é altamente concentrada: em 2024, seu valor bruto de produção somou cerca de R\$ 484 milhões, dos quais 72,5% vieram da cana-de-açúcar, 13,7% da laranja e 3,0% da soja — com crescimento expressivo da cana entre 2020 e 2022, quando seu valor praticamente dobrou, evidenciando a inserção de São Carlos na cadeia sucroenergética do interior paulista (Sebrae, 2026, com dados da PAM/IBGE).

Em relação à população, o município experimentou uma expressiva expansão populacional a partir da metade do século passado (Lima, 2008). A população passou de cerca de 62 mil habitantes, em 1960, para 120 mil em 1980, alcançou 200 mil em 2003 e chegou a aproximadamente 265 mil habitantes em 2025 (SEADE, 2026). Em quatro décadas, São Carlos mais que dobrou sua população, consolidando-se como um dos municípios de maior dinamismo demográfico do interior paulista, reforçando sua capacidade de atração e retenção de população. A cidade apresenta

um dinamismo demográfico superior ao observado nas escalas estadual e nacional. Desde a década de 1970, o município registra taxas de crescimento populacional acima da média brasileira e, desde a década de 1980, também superiores às do estado de São Paulo (SEBRAE, 2026).

Contemporaneamente, São Carlos apresenta formas de segregação socioespacial que se aprofundaram com seu crescimento acelerado. A partir da década de 1960, e mais marcadamente a partir de 1980, inicia-se o processo de periferização e espraiamento que conhecemos hoje (Lima, 2008): observa-se a produção de uma periferia pobre ao sul da cidade, iniciada com o loteamento do bairro Cidade Aracy e aprofundada, posteriormente, pela inserção de mais de 5 mil unidades habitacionais de interesse social e de habitação de mercado voltadas a famílias de baixa renda via PMCMV (Breda, 2022).

Esse grande território — que hoje se estima abrigar cerca de 80 mil pessoas — permanece separado da "cidade consolidada" por um acidente geográfico e por poucas vias de acesso. Essas novas frentes de periferia pobre foram financiadas por políticas de habitação social, especialmente via PMCMV - que remuneraram generosamente construtoras privadas e seus investidores. Do outro lado da cidade, sobretudo na região norte, desenvolveram-se condomínios de alto e altíssimo padrão, com clube de golfe e heliponto. Também é válido pontuar que nesta região concentram-se a maioria da população negra, configurando assim uma segregação racial (Breda, 2022).

Com o crescimento acelerado das últimas décadas, cidades como São Carlos vão ganhando feições de segregação já bastante conhecidas nas grandes metrópoles: bolsões de pobreza, criminalidade e vulnerabilidade; territórios controlados pelo crime organizado; segregação racial e segregação física convivem lado a lado com a expansão de enclaves de riqueza — evidenciando que as marcas da segregação se aprofundam à medida que as cidades médias crescem. O perfil econômico da cidade também tem lidado com indústrias que tensionam questões no campo da saúde pública, por exemplo. Os próprios rumos do desenvolvimento da cidade são disputados pelos grandes agentes de imobiliárias e construtoras.

3. MAPEANDO MOVIMENTOS SOCIAIS NO INTERIOR PAULISTA – O OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, CONFLITOS E DEMOCRACIA DA UFSCAR

Esta seção discute movimentos e conflitos sociais em São Carlos no século XXI, com base no mapeamento realizado pelo Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia (ODE-UFSCar), vinculado ao Departamento de Sociologia e ao Instituto de Estudos Avançados e Estratégicos da UFSCar e coordenado pelo Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez. Além de mapear,

pesquisar e disponibilizar publicamente dados sobre movimentos sociais em cidades médias do interior paulista, o Observatório mantém o programa Vozes em Movimento, veiculado pela Rádio Comunitária da UFSCar (FM 95,3) desde 2025, que entrevista lideranças e militantes locais, contribuindo para a legitimação e a circulação de suas pautas e redes.

Não se pretende esgotar os casos aqui apresentados nem aprofundar suas dinâmicas internas: o foco é ilustrar, teórica e metodologicamente, o argumento central do artigo a partir de 3 casos selecionados do mapeamento. Metodologicamente, o levantamento combina notícias de jornais, pesquisa em repositórios acadêmicos, mídias sociais e entrevistas semiestruturadas com lideranças de movimentos sociais, partidos políticos e outros atores, com georreferenciamento na ferramenta MyMaps — em que cada movimento é acessado por meio de ficha técnica com informações textuais, imagéticas e bibliográficas, disponível publicamente neste [link](#).

Por se tratar de processo contínuo — tanto quanto os próprios movimentos sociais —, o mapeamento segue em aberto: até o momento, foram identificados ao menos 30 movimentos, conflitos ou atores sociais, dos quais 16 já estão georreferenciados e 8 contam com ficha técnica completa e de domínio público. As fichas técnicas resultam do cruzamento de dezenas de notícias em jornais locais e mídias sociais, de pesquisa bibliográfica especializada e de entrevistas semiestruturadas com lideranças, professores universitários e vereadores. São Carlos abriga uma diversidade expressiva de movimentos sociais, dos quais destacamos os mais atuantes.

3.1 Unegro – União de Negros e Negras pela Igualdade

A União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) é uma entidade nacional suprapartidária, fundada em 1988, em Salvador (Bahia), por militantes comunistas, com programa classista e abertamente marxista, cujo objetivo é transformar, nas palavras da própria entidade, "um povo escravizado em construtores de uma nova nação". Ao longo de mais de três décadas, expandiu sua presença para mais de 20 estados e o Distrito Federal, participando de conselhos nacionais de igualdade racial, juventude e cultura, além de conferências internacionais (PAZ, 2021), e mantém relações estreitas com o PCdoB — Edson França, presidente nacional da Unegro, é também secretário de Combate ao Racismo do partido.

Em 22 de agosto de 2025, a Unegro chegou oficialmente a São Carlos, em evento na Câmara Municipal que apresentou a primeira Diretoria Executiva do núcleo local — Flávio Eduardo (coordenador), Thulany Leite (vice), Hevellen Almeida, Aline Silva e Nani Cruz —, com

presença de lideranças estadual e nacional e de núcleos de Campinas, Rio Claro e Descalvado, evidenciando a articulação regional do movimento. A chegada esteve associada à mediação da então futura vereadora Larissa Camargo, moradora do Cidade Aracy que se tornou, em 2024, a primeira mulher negra eleita vereadora em São Carlos e a primeira representante do PCdoB no Legislativo municipal — filiada ao partido desde 2009, conselheira tutelar desde 2020, com a pauta racial e os direitos da criança e do adolescente como principais bandeiras (ASSIS, 2024). Em entrevista ao programa Vozes em Movimento (Rádio UFSCar, episódio 7, previsto para novembro de 2026), Flávio relatou que a Unegro chegou de fato ao município ainda em 2024, por convite da própria Larissa Camargo, ainda antes de sua eleição.

Entre as atividades da Unegro em São Carlos — cursos de letramento racial, rodas sobre maternidade e paternidade negra, iniciativas de afroempreendedorismo — destacam-se os festivais realizados em parceria com outros coletivos: o 1º Festival AfroPerifa (27 jul. 2024, Jardim Zavaglia) e o 2º Festival Unegro Afro Sanka, sob o tema "Cultura, Identidade e Resistência Negra" (21 mar. 2026, São Carlos VIII), além do cursinho popular pré-vestibular mantido pela entidade. Realizados em bairros periféricos de maioria populacional negra e historicamente à margem do investimento público, esses festivais operam simultaneamente como celebração estética e como plataforma de geração de renda para uma economia negra pouco visibilizada no interior paulista. Ao levar o evento ao bairro — e não o bairro ao centro —, a Unegro inverte a lógica espacial mais comum dos eventos culturais em cidades médias e reafirma territórios periféricos como lugares legítimos de produção cultural e política, não apenas de consumo passivo. Trata-se de uma estratégia mais ampla de produção de esfera pública antirracista em escala local, que se expressa também na ocupação institucional da Câmara Municipal e na oferta do cursinho popular.

Perguntado sobre as diferenças entre organizar a pauta antirracista numa capital e numa cidade de médio porte, Flávio ofereceu uma reflexão especialmente relevante para o argumento deste artigo:

Flávio: [...] eu tive essa impressão quando fui participar da [5ª] Conapir [Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial]¹. A Conapir acontece no âmbito municipal, e a comunidade que está lá elege alguém para a etapa regional. Fui para o processo regional com 17 cidades; no processo regional são eleitos alguns delegados para a etapa estadual, e dali, alguns para a etapa nacional, em Brasília. Quando eu olho esses caminhos, percebo o quão diferentes somos. São Carlos tem especificidades que nos mostram qual o melhor caminho a trilhar, e isso diverge muito das capitais — aparecem divergências até de interesse: eu, como movimento negro do interior, de uma cidade de médio porte, tenho um interesse específico; a capital tem outro. E quando esses interesses se

¹ Flávio foi na 5ª Conapir (Brasília), em setembro de 2025, representando o município e o estado de São Paulo, para discutir políticas públicas com recorte racial, conferência que não ocorria há 7 anos. (Informações retiradas do Instagram Unegro. São Carlos).

chocam, a gente precisa encontrar uma nova demanda. No âmbito nacional, em Brasília, foi ainda mais evidente, porque os interesses são extremamente diferentes, mostrando a desigualdade do nosso país. Mas em São Carlos eu percebo que precisamos fazer muito trabalho de base — porque quem deveria saber o que é racismo não sabe, e não está interessado em saber. Então, com frequência, temos que ensinar o caminho das pedras e falar de novo, e de novo.

Embora seja difícil precisar em quantos municípios paulistas a Unegro mantém núcleos ativos, publicação da Unegro-SP registra a realização da 1ª Plenária Estadual da entidade no início de 2025, com representantes de 16 municípios (Unegro São Carlos, 2025) — número que revela a importância de São Carlos figurar entre as poucas cidades do interior paulista com núcleo organizado da entidade.

3.2 FORMAS – Articulação pela Luta pelo Meio Ambiente e Direito à Cidade

Entre as articulações socioambientais recentes de São Carlos, destaca-se o Fórum Municipal Ambiente e Sociedade (FORMAS), criado em fevereiro de 2025 como um espaço horizontal de convergência entre movimentos sociais, coletivos ambientais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e cidadãos. Diferentemente de um movimento social específico, o FORMAS constitui uma estrutura de coordenação intermovimentos voltada à construção de uma agenda socioambiental comum para o município, promovendo o diálogo entre diferentes atores e fortalecendo mecanismos de participação social.

Embora constitua, em sua origem, um espaço de articulação socioambiental, o FORMAS tem desempenhado papel extremamente relevante no acompanhamento e na disputa em torno das atualizações do Plano Diretor Municipal de São Carlos, processo que se intensificou a partir de 2025. Nesse contexto, o fórum tem se constituído como um importante espaço de mobilização e produção de contrapontos às propostas e aos encaminhamentos do poder público municipal, sobretudo diante da percepção, por parte de seus integrantes, de que o processo de revisão tem restringido a participação popular e favorecido interesses vinculados à iniciativa privada.

Formado majoritariamente por pessoas com formação universitária, acadêmicos, e oriundas das camadas médias, o grupo tem mobilizado diferentes movimentos, atores, recursos técnicos e políticos para incidir sobre o processo, entre eles a análise crítica de documentos e dados, a demanda por estudos e laudos técnicos, a reivindicação de mecanismos efetivos de participação popular e o acionamento do Ministério Público. Dessa forma, sua atuação ultrapassa a dimensão estritamente ambiental e evidencia uma disputa mais ampla pelos sentidos do planejamento urbano

e pelo direito à cidade, na medida em que busca tensionar a apropriação das decisões sobre o território por interesses privados e reivindicar maior controle social sobre a produção do espaço urbano.

3.3 A articulação entre o "São Carlos sem Veneno" e o lobby da Xmobots e do Sindag

Um conflito que merece especial atenção, e que ancora empiricamente o fluxo de indústrias para o interior em articulação com o agronegócio, é o embate entre o movimento "São Carlos sem Veneno" e o lobby da Xmobots e do Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola).

Em 2023, agricultores de assentamentos rurais procuraram o vereador Djalma Nery (PSOL) para denunciar a pulverização irregular de agrotóxicos por aeronaves sobre plantações de cana-de-açúcar, apontando perda de produção orgânica de hortaliças e mel, morte de animais e problemas de saúde entre moradores (CAMACHO, 2023; DOLCE, 2025). Em resposta, o vereador apresentou o Projeto de Lei nº 513/2023, regulamentando a pulverização aérea por aviões e drones no município — inspirado na Lei nº 16.820/2019 do Ceará, cuja validade fora confirmada pelo STF (CAMACHO, 2023). O projeto foi aprovado por ampla maioria (13 a 1) e seguiu para sanção do Executivo.

A partir daí, Xmobots e Sindag articularam um lobby para reverter a decisão: o prefeito vetou o projeto e, na votação de manutenção do veto, o plenário chancelou a decisão do Executivo por 15 votos a 5, encerrando a regulamentação municipal. Relatos apontam que a Xmobots dispensou centenas de funcionários no dia da votação para lotar a Câmara e dificultar o acesso de setores progressistas, além de registrar presença do Sindag na cidade nos dias que antecederam a votação (DOLCE, 2025). O episódio não é isolado: reportagem de Dolce (2025) no portal O Joio e o Trigo mostra que, nos últimos cinco anos, o Sindag participou de ao menos 14 audiências em casas legislativas municipais e estaduais de todo o país para barrar regulamentações semelhantes — o caso de São Carlos é, portanto, uma instância local de uma estratégia regulatória nacional do setor.

A Xmobots nasceu em 2007 numa incubadora da USP e se mudou em 2011 para São Carlos, hoje um dos principais polos aeronáuticos do Brasil. É a sexta maior empresa de drones do mundo, com cerca de 700 funcionários, soluções de pulverização e mapeamento agrícola (inclusive de uso militar), escola de pilotagem própria (Xpilot) e a plataforma de IA XFarming Cana. Recebeu investimentos de Fapesp, CNPq e Finep, mantém contratos com Exército, Aeronáutica, Petrobras, Repsol e ANP, e hoje conta também com capital de risco do fundo Confrapar. Revelador dessa dupla estratégia é o fato de o Comitê de Veículos Não Tripulados da Abimde ser hoje coordenado

pelo consultor de novos negócios da Xmobots, tendo como secretário Renaldo Almeida, da Taurus Armas (PADILHA, 2026): a empresa atua, no plano municipal, para desmobilizar legislações que restrinjam seus negócios e, no plano nacional, para ocupar posições de coordenação normativa no setor de defesa — controlando, na prática, as normas que regulam sua própria atividade em ambas as escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma proposta de análise empírica, este artigo buscou construir uma argumentação sobre a importância de descentrar o olhar dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, campo que tem privilegiado os grandes centros urbanos em detrimento de outros espaços. Ao deslocar o foco analítico para uma cidade média do interior paulista, procuramos evidenciar que a conflitualidade social contemporânea não se distribui de modo homogêneo nem se limita às metrópoles: ela se reconfigura, com especificidades próprias, nos territórios que vêm assumindo crescente centralidade econômica e demográfica no país.

Os três casos discutidos — a chegada da Unegro a São Carlos, a formação do FORMAS em torno da revisão do Plano Diretor e o conflito entre a campanha “São Carlos sem Veneno” e o lobby da Xmobots e do Sindag — revelam um campo de movimentos e conflitos sociais diverso e pujante, ainda que marcado por assimetrias distintas em cada caso. A Unegro ilustra a capilaridade multiescalar da pauta antirracista, articulando-se simultaneamente às instâncias nacionais e estaduais da entidade e às dinâmicas locais de representação política, como a trajetória da vereadora Larissa Camargo. O FORMAS, por sua vez, demonstra a capacidade de coletivos heterogêneos se organizarem em fórum diante do fechamento de canais institucionais de participação, deslocando o debate ambiental para o centro da disputa pelo direito à cidade. Já o conflito em torno da regulamentação da pulverização aérea de agrotóxicos expõe o outro polo dessa equação: a capacidade de setores do agronegócio e da indústria de defesa e segurança de mobilizar recursos políticos e econômicos para reverter, em curto espaço de tempo, uma decisão legislativa amplamente aprovada, evidenciando os limites que o poder econômico impõe à ação coletiva mesmo quando esta consegue êxitos institucionais pontuais.

Tomados em conjunto, os casos sugerem que cidades médias como São Carlos não devem ser compreendidas como versões reduzidas das dinâmicas metropolitanas, tampouco como espaços de mera passividade diante da força do capital ou do conservadorismo político do interior. Ao contrário, elas constituem arenas públicas próprias, nas quais repertórios de ação coletiva, atores e conflitos se recompõem a partir de configurações territoriais e escalares específicas — o que

reforça a necessidade de ampliar o repertório analítico dos estudos de movimentos sociais para além do eixo sudestecêntrico que ainda organiza boa parte da produção acadêmica sobre o tema.

Os resultados aqui apresentados são preliminares e integram um mapeamento em curso, conduzido pelo Observatório das Desigualdades, Conflitos e Democracia da UFSCar no âmbito do projeto de pós-doutorado “Descentrando os movimentos e conflitos sociais no Brasil” (CEMS/EHESS-ODE/UFSCar). Novos casos e novas cidades médias do interior paulista deverão ser incorporados às próximas etapas da pesquisa, de modo a consolidar um quadro comparativo mais amplo sobre as formas de ação coletiva e conflitualidade social fora das grandes metrópoles brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Treze: A política de rua de Lula a Dilma. Companhia das Letras, 2023.

ANDRADE, T.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ASSIS, Fabiana. Moradora do Aracy é a 1ª mulher negra eleita vereadora em São Carlos: "esperança da periferia de ter representatividade". **G1**, São Carlos, 23 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/eleicoes/2024/noticia/2024/10/23/moradora-do-aracy-e-a-1a-mulher-negra-eleita-vereadora-em-sao-carlos-esperanca-da-periferia-de-ter-representatividade.ghml>. Acesso em: 19 ago. 2026.

BREDA, Thalles Vichiato. A economia política da terra: as elites e a produção das periferias pobres. In: GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; RIZEK, Cibele Saliba; BREDA, Thalles Vichiato (Orgs.). *Produção e Reprodução das Formas de Sociabilidade: Dimensões Territoriais e Multi-Escalares*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 359-398.

BREDA, Thalles Vichiato. *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*. 2018. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BREDA, Thalles Vichiato. Produzindo estatísticas, produzindo cidades: uma análise dos indicadores de déficit e demanda habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 27, p. 130-151, 2021.

CAMACHO, Vitor. Vida ou Lucro? Projeto que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos pode ser vetado pela Prefeitura de São Carlos. *Djalma Nery Vereador*. 12 set. 2023. Disponível em: <https://djalmanery.eco.br/vida-ou-lucro-projeto-que-proibe-a-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-pode-ser-vetado-pela-prefeitura-de-sao-carlos/>. Acesso em: 25 ago. 2026.

CORREIA, Roberto L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DOLCE, Julia. Sindicato de aviação agrícola monta máquina de lobby contra projetos de lei que proíbem pulverização de agrotóxicos. *O Joio e o Trigo*. 27 março 2025. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2025/03/sindicato-de-aviacao-agricola-monta-maquina-de-lobby-contra-projetos-de-lei-que-proibem-pulverizacao-de-agrotoxicos/>. Acesso em: 25 ago. 2026.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto interno bruto dos municípios: 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Contas Nacionais). ISSN 1415-9813.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1e2c78c479a33a0071c218abef9afb8b.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

LACERDA, G. do C. Os padrões espaciais da política habitacional no Brasil: uma análise baseada nos estratos geográficos do IBGE. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 25, n. 1, 2023. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202332. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7491>. Acesso em: 7 jul. 2026.

LIMA, Renata Priore. **Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)**. São Carlos: EdUFSCar: FAPESP, 2008.

MOTTA, Diana Meirelles da; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves; NASCIMENTO, Ederson; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; RIBEIRO, Márcio Bruno; ARRUDA, Rodrigo Almeida de. Centralidade, competitividade e governança das cidades médias do Brasil. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 2, p. 263-284, 2024. DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3714.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel. Crescimento das cidades médias. Regional e urbano, IPEA, dez. 2008.

PADILHA, Luiz. ABIMDE estrutura Comitê de Veículos Não Tripulados e organiza agenda industrial do setor. 22 de jan. 2026. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa/abimde-estrutura-comite-de-veiculos-nao-tripulados-e-organiza-agenda-industrial-do-setor>. Acesso em: 25 ago. 2026.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In: SILVA, F. T.; NAXARA, M.; CAMIOTTI, V. (org.). *República, liberalismo e democracia*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003. v. 1, p. 163-191.

PAZ, Dindara. 33 anos de ativismo: conheça a história da Unegro. **Alma Preta**, [S. l.], 14 jul. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/unegro-comemora-33-anos-de-luta-e-resistencia-conheca-a-historia-da-entidade/>. Acesso em: 18 ago. 2026.

PEREZ, Olívia Cristina; BRITO, Kellen Carvalho de Sousa. Como nomear a diversidade regional? Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 14-31, jul./dez. 2024.

POCHMANN, Marcio. Deslocamento geoeconômico e populacional. *A Terra é Redonda*, 25 fev. 2026. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/deslocamento-geoeconomico-e-populacional/>. Acesso em: 2 jul. 2026.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados, 2026. Dados disponíveis em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2026.

SEBRAE - Observatório Setorial Territorial, 2026. Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/sao-carlos?selector783id=&selector361id=year2025&selector368id=divisao&selector385id=year2025&selector83id=year2016>. Acesso em 10 de julho de 2026.

SHIMBO, L. Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil. *Novos estudos Cebrap*, v. 35, p. 119-133, 2016. DOI: 10.25091/S0101-3300201600020007.

SILVEIRA, Maria L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, v. 6, p. 21-28, 1999.

SOUZA, Rafael de; PEREZ, Olivia Cristina; ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. Para além do centro: atores coletivos periféricos, movimentos sociais e territórios marginais na política de confronto pós-junho de 2013. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 5-13, jul./dez. 2024.

SPOSITO, Maria E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp, FCT, 2001. P. 609-643.

STABACK, Daiane Franciele; FERRERA DE LIMA, Jandir. Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 15, e20220054, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220054>.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Eds.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016.

UNEGRO SÃO CARLOS [@unegro.saocarlos]. Estivemos na 1ª Plenária Estadual da UNEGRO-SP [...]. Instagram, 15 fev. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DGEidSSAI8I/>. Acesso em: 19 ago. 2026.

ZAPAROLLI, Nathália Gonçalves; CONCEIÇÃO, Maycon. Estratégias de legitimação e reprodução das elites científicas e a burocracia estatal do município de São Carlos/SP. **Revista Agenda Política**, v. 10, n. 2, p. 90-111, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.2.4>.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664/2026, declaro que, na elaboração deste artigo, submetido ao GT22 do ANPOCS, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa Claude (Anthropic), exclusivamente para fins de aprimoramento textual e correção gramatical. A concepção teórica, os conceitos, as análises e as conclusões apresentados no texto são de autoria integral do pesquisador, que assume total responsabilidade pelo conteúdo científico do trabalho.

MINIBIOGRAFIA

Thalles Vichiato Breda é sociólogo, doutor em Sociologia pela UFSCar e Dr. phil. pela Bauhaus-Universität Weimar (co-tutela), com pós-doutorado em curso no CEMS/EHESS (Paris) e vínculo ao Departamento de Sociologia (UFSCar) e ao ODE-UFSCar, com financiamento CAPES.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.